



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE – PARFOR

ANA CLEIDE CARVALHO SANTOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: Formação Continuada de Professores no Sistema
Inclusivo no Município de Itupiranga**

MARABÁ- PA
2014

ANA CLEIDE CARVALHO SANTOS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: Formação Continuada de Professores no Sistema
Inclusivo no Município de Itupiranga**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Marabá em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia do Plano Nacional de Formação Docente- PARFOR sob a orientação da Prof.^a. Mestranda Rutilene Moraes Borges.

MARABÁ-PA
2014

Índice Internacional de Catalogação em Publicações Científicas
Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará
Campus Universitário de Marabá

SANTOS, A. C. C:

EDUCAÇÃO ESPECIAL: Formação Continuada de Professores no Sistema Inclusivo. Santos, Carvalho, Ana Cleide. Marabá – Pará, 2014. 44 p.

Monografia apresentada à Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Marabá. Para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia. 2014.

ORIENTAÇÃO: Professora Mestranda Rutilene Moraes Borges

1 Educação Especial. 2 Inclusão Escolar. 3 Reflexões 4 Formação Docente.
5 Proposições Gerais. I Universidade Federal do Pará. II Curso de Pedagogia. III
Título.

Educação Especial

06/2014.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: Formação Continuada de Professores no Sistema Inclusivo

Ana Cleide Carvalho **SANTOS**¹

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Marabá em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia do Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR). Sob a orientação da Prof.^a Mestranda Rutilene Moraes Borges.

BANCA EXAMINADORA

AVALIAÇÃO

DATA DA AVALIAÇÃO ____/____/2014.

¹ Aluna regularmente matriculada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará-Campus Universitário de Marabá. Turma 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela proteção e força para seguir em frente, pela benção e graça de ter alcançado mais uma conquista no campo profissional.

A meus pais pela educação e carinho que me deram durante minha formação.

Ao meu esposo e filhos pelo grande apoio e estímulo na continuação dos meus estudos e principalmente pela compreensão dos momentos que precisei me ausentar.

Agradeço também a todos os professores que com desempenho e dedicação as aulas ministradas contribuíram de maneira valiosa para o meu aprendizado e aprofundamento do saber e instigaram-me ir à busca de mais conhecimento.

Agradeço aos meus colegas da turma do PARFOR/2010, que passaram a fazer parte da minha história de vida.

Agradeço à minha orientadora que com jeitinho e atenção enriqueceu alguns textos e me ajudou nesta etapa final.

Os professores não são valorizados socialmente como merecem, não estão nos noticiários da TV, vivem no anonimato da sala de aula, mas são os únicos que têm o poder de causar uma revolução social. Com uma das mãos eles escrevem na lousa, com a outra, movem o mundo, pois trabalham com a maior riqueza da sociedade: a juventude. Cada aluno é um diamante que, bem lapidado, brilhará para sempre.

(CURY 2007)

A meus pais,
Francisco e Dorimar Carvalho
A meu esposo,
Antonio Marcos Santos
e a meus filhos
Ana Vitoria e Marcos Victor
C. Santos.

RESUMO

SANTOS, A. C. C: EDUCAÇÃO ESPECIAL: Formação Continuada de Professores no Sistema Inclusivo. Marabá – Pará / PARFOR/UFPA, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. 2014.

A proposta deste estudo consiste fazer uma discussão envolvendo a Educação Especial: Formação continuada de professores no sistema inclusivo em uma pesquisa bibliográfica e de campo fundamentado em Mantoan, Lima, Sanches, Mazzotta e outros em uma abordagem qualitativa, buscam-se contemplar as dificuldades dos professores de disciplinas no processo de inclusão escolar no ensino comum e verificar qual a sua formação para atender ao paradigma da educação proposto pelo sistema inclusivo focando a educação especial com objetivo de contribuir com as reflexões acerca da formação docente no âmbito educacional. Como instrumento metodológico para coleta de dados foi utilizado o uso do questionário e observações e foi analisado a partir das opiniões. Concluímos que há necessidade de asseverar a formação continuada para professores que atuam no ensino comum e/ou no atendimento educacional especializado.

PALAVRAS CHAVES: Educação Especial. Inclusão Escolar. Reflexões. Formação Docente.

ABSTRACT

SANTOS, AC C: SPECIAL EDUCATION: Continuing Teachers in Inclusive Education System. Maraba - Para / PARFOR / UFPA, Full Degree Course in Pedagogy. 2014.

The purpose of this study is to make an argument involving Special Education: Continuing education for teachers in inclusive system in a bibliographic and field research based on Mantoan, Lima, Sanches, Mazzotta and others seeking a qualitative approach contemplate the difficulties of the subject teachers in school inclusion in the mainstream school and see what their training to meet the paradigm proposed by inclusive education system focusing on special education in order to contribute to reflections on teacher education in educational context. As methodological tool for data collection was used and the use of the questionnaire was analyzed observations and opinions from. We conclude that there is need to assure the continued training for teachers who work in the common education and / or specialized education.

KEYWORDS: Special Education. School Inclusion. Reflections. Teacher Training.

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1	Identificação dos Professores	32
GRÁFICO 2	Caracterização dos Professores	33

LISTA DE SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE-EI Inclusiva	Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1 MEMORIAL	16
1.1 Vivências Pedagógicas	16
Capítulo 2 INCLUSÃO	19
2.1 Inclusão e Integração	19
2.1 Caminhos Legais da Inclusão	21
Capítulo 3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR	24
3.1 Processos de Formação	24
3.2 O Papel da Escola na Inclusão	28
3.3 Práticas Pedagógicas	29
Capítulo 4 MARCO METODOLOGICO.....	31
4.1 Local da Pesquisa.....	31
4.2 Tipo de Estudo	31
4.3 Instrumentos Metodológicos	31
4.4 Descrições dos Participantes	32
4.5 Resultados e Discussões	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE.....	43

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar não significa apenas incluir os educandos, mas dar suporte de acordo com suas peculiaridades para que de fato o mesmo permaneça na escola e tenham suas necessidades reconhecidas. Mas não há inclusão escolar sem que os profissionais da educação sejam preparados para atender os alunos, cerne da educação especial.

O atual paradigma educacional exige que o professor tenha um conhecimento mais amplo e profundo. Mas é preciso que os governantes e gestores da educação valorizem o profissional da educação garantindo a formação permanente e, condições de trabalho adequadas para estudo, preparação, adaptação das aulas e o aperfeiçoamento dos professores do atendimento especializado.

Nesse contexto moderno surgiu a necessidade de estudar a temática sobre a Formação Continuada dos Professores no Sistema Inclusivo buscando contemplar as dificuldades dos professores de disciplinas no processo de inclusão escolar no ensino comum e verificar qual sua formação para atender ao paradigma da educação proposto pelo sistema inclusivo focando a educação especial com objetivo de contribuir com as reflexões acerca da formação docente no âmbito educacional.

A realidade do contexto escolar obriga uma intensa reflexão sobre a formação continuada, relacionadas a uma mudança de perfil do profissional de um professor de disciplinas, de um professor especialista em educação especial, de um educador em educação física, do bibliotecário etc. Essas mudanças estão atreladas a proposta de inclusão de alunos da educação especial que estavam distanciados da educação formal e que no atual momento estão no ensino regular comum.

Diante da necessidade da formação docente em função do novo paradigma pretende-se analisar o conceito de inclusão e identificar as dificuldades encontradas pelos professores do ensino regular comum na visão de Salgado, Mantoan, Pietro, Arantes; Serra, Lima, Mazzotta e outros.

Como instrumentos metodológicos foram utilizados questionários direcionados aos professores que atuam em sala de aula comum na escola Rachel de Queiroz, localizada no bairro novo município de Itupiranga.

Esta monografia foi organizada em quatro capítulos. O capítulo um reporta à infância até a formação profissional como educadora em um breve histórico sobre as

vivências pedagógicas. No capítulo dois trata da inclusão, integração e os caminhos legais da inclusão escolar. O capítulo três dedica-se ao processo de formação continuada do professor, o papel da escola na inclusão e as práticas pedagógicas do professor. O capítulo quatro apresenta o marco metodológico da pesquisa realizada em lócus e conclui-se com reflexões finais sobre as transformações decorrentes da necessidade da educação inclusiva.

Capítulo 1 MEMORIAL

1.1 As vivências pedagógicas

Nasci em 11 de Julho de 1980, na cidade interiorana de Goiás chamada São Sebastião do Tocantins, sou de família humilde, porém trabalhadora, apegada aos exemplos de meus pais. Há vinte e nove anos atrás, aos quatro anos de idade fui com minha família morar em Itupiranga e na época tinha quatro anos. Meu pai e meu avô entraram em sociedade e compraram um terreno do outro lado do rio no município de Ipixuna, pra chegar lá era necessário atravessar o rio de barco e depois andar três quilômetros.

Nessa época minha família trabalhava na roça, vivíamos da agricultura, ou seja, da colheita do arroz, da mandioca, feijão etc.; tive uma infância muito difícil, as condições financeiras precárias, meus pais deixavam os meus irmãos menores em casa sob minha responsabilidade e iam trabalhar. Mas logo que foi possível passei a ajudar meus pais na lavoura.

Aos sete anos iniciei meus estudos na escola Albertina Barreiros uma escola da rede pública no ano de 1987 com a professora Maria Raimunda Chaves na turma da alfabetização a antiga 1ª série o abc.

Lembro-me com clareza do primeiro dia de aula acompanhada de minha mãe, fomos procurar a sala de aula que iria estudar, era tanta correria que me assustei com a quantidade de alunos e mais triste por que não havia lugar suficiente para acomodar todos, a maioria dos alunos sentava no chão, fiquei sentada sem falar nada, pois aquele lugar ainda era um ambiente estranho, e demorou um bom tempo pra poder me acostumar com a professora e colegas da classe.

Minha professora reclamava muito, pois passava a aula inteira com o dedo na boca, dormindo e não prestava atenção, mas foi nessa escola que eu tive o primeiro contato com os números, com a leitura através do livro didático dividido em várias disciplinas.

No ano seguinte (1988) iniciei a segunda série com oito anos, com uma professora atenciosa e dedicada, por problemas de saúde, não houve rendimento e repeti o ano. Minha mãe me matriculou no reforço escolar e a professora era áspera, ensinava decorar textos e se errasse, fazia várias cópias nas continhas, na tabuada ou em qualquer erro, a infalível palmatória funcionava arduamente.

Ao cursar a terceira série meus pais sempre diziam: se não passar de ano vai morar na roça, mas se passar irá ganhar uma bicicleta, diante desta promessa me esforçava o máximo para não ficar reprovada, mas mesmo, assim tinha medo de perder a vaga na escola e fui me interessando. Nesse tempo, gostava muito de brincar de escolinha com os meus irmãos e amigos e eu sendo a professora.

Em 1990 cursei a quarta série, mas não tive tanto sucesso com a matemática, fui reprovada pela segunda vez, não conseguia decorar as quatro operações da tabuada. Diante desse fato fiquei desmotivada, pois quando era pequena sonhava em um dia ser professora, sempre brincava de escolinha no fundo do quintal com os meus irmãos e colegas.

Minha professora sempre dizia que para sermos alguém na vida tínhamos que seguir com os estudos a partir deste momento o interesse pelos estudos cresceu, pois no ginásio seria um professor para cada disciplina. Timidamente, no canto da sala, ficava assustadoramente atenta ao que falava.

Recebi um ensino que privilegiava o conteúdo, muitas informações e nenhuma preocupação com o desenvolvimento do raciocínio, das potencialidades do aluno e nem com a cultura geral do aluno. Os educadores investiam pouco em práticas inovadoras e criativas.

Entre muitas dificuldades, concluí o ensino médio no ano de dois mil, momento que a educação estava mudando, não concebia mais indivíduos passivos, os ambientes educacionais estimulavam futuros educadores críticos e criativos. Mas com o passar dos anos vi que ser professora iria me dar muita dor de cabeça deixei meu sonho de lado, concluído segundo grau pude observar que infelizmente no município não havia muitas opções para escolha de profissão, então escolhi o magistério.

Já formada, iniciei minha prática docente no ano seguinte a 150 km do município na zona rural numa turma de multisseriado, foi difícil, pois tive muitas dificuldades, às vezes pensava em desistir, chorei muito, me sentia incapaz, mas a necessidade de trabalhar, me impulsionou a adquirir conhecimento.

Em 2002 passei no concurso público e hoje sou concursada há 10 anos estou no magistério, agora com prazer, e continuo aprendendo a aprender ensinar.

Em 2005 comecei a estudar na faculdade do Maranhão o Instituto (FREFREM), e logo depois descobriram que não era credenciado pelo MEC, e em

2007 prestei vestibular para cursar a faculdade da UNAMA, mas não consegui a classificação desejada.

No ano de 2009 o governo Federal criou um programa emergencial para atender a exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a necessidade de formação dos professores em exercício na rede pública e assim contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil.

Sob muito incentivo e, desconfiada, fiz minha inscrição. Quando saiu o edital com a relação dos alunos classificados para cursar na Universidade Federal do Pará- UFPA, o meu nome não estava incluído. Que decepção!

Mas, em pouco tempo foi divulgada outra relação e o meu nome estava inserido. Surpresa e mesmo com medo de enfrentar o novo, prossegui.

Iniciava novos desafios, a distância de 50 km de minha cidade até o Centro universitário, minha família, o ônibus escolar ofertado pelo município com superlotação, a péssima condição da estrada e a falta de recurso financeiro para manter-se no período do curso.

Diante destes desafios e lutas acirradas abrem-se novos horizontes. No decorrer do curso troquei experiências pedagógicas, me apropriei de novas ideias redimensionando a prática docente. Proporcionadas por educadores comprometidos com o processo de ensino e aprendizagem.

Capítulo 2 INCLUSÃO

2.1 Inclusão e Integração

A regularização fora do sistema regular de ensino para todas as pessoas com deficiência começa a ser pautado nos anos 60 na Dinamarca que inclui na sua legislação o conceito de “normalização” entendido como a possibilidade de o deficiente mental desenvolver um tipo de vida tão normal quanto possível (BANK - MIKKELSEN, 1969 apud SANCHES & TEODORO).

Depois se expande por vários países e inclusive no Brasil que aderiu o movimento nos anos 70. Os países que aderiram o movimento de integração inseriram as crianças com deficiência nas classes regulares acompanhadas do professor da educação especial.

Começa um longo e difícil caminho da integração e inclusão. A partir de então novos conceitos e práticas educativas começaram a ser introduzidas nas escolas e surgem novas discussões sobre a diversificação do alunado nos espaços de aprendizagem.

A inclusão escolar veio para quebrar esse paradigma educacional que está presente na sociedade, que após logor anos de isolamentos essas pessoas com deficiência passam ser aceitas como cidadãos e, inclusas no ensino formal da educação básica.

De acordo com Mantoan (1997 p.23), a inclusão só terá êxito se houver mudanças no paradigma social, pois irá garantir um ensino de qualidade para todos e que a integração é uma forma de entrada do aluno no sistema educacional, mas vai depender de sua capacidade de se adaptar ao meio social e que o próprio sistema terá que passar por transformações para poder adaptar esse alunado às suas especialidades.

Para que aconteça a integração e permanência do aluno vai depender do sistema escolar em garantir o espaço físico acessível, flexibilização de conteúdo, recursos pedagógicos adequados e profissionais da educação preparados para atender às necessidades educacionais necessárias para o desenvolvimento e aprendizagem do educando.

Considerando que os fundamentos políticos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos

educadores para o avanço desta importante reorganização educacional, para a integração e inserção dos alunos no ambiente educacional.

Mas para que a inserção inclusiva se efetive em âmbito educacional é essencial a interação família e escola para garantir o avanço no ensino aprendizagem e no desenvolvimento integral da pessoa com deficiência.

Embora os dois termos tenham as mesmas ideias, com a inserção das pessoas com deficiência na sociedade, mas representam situações distintas. Alguns autores assinalam as diferenças de inserção.

Bueno (2001 apud VOIVODIC, 2011 p.17) vê que há uma diferença entre integração e inclusão, pois vai depender de como a escola vai fazer para inserir o aluno com deficiência no contexto escolar e que a inclusão a escola tem que procurar meios para adaptar e alunado no âmbito escolar oferecendo uma estrutura física adequada as suas necessidades.

A inclusão tem como meta a alcançar não deixar ninguém de fora do sistema escolar, e o próprio sistema terá que passar por transformações para que esse alunado possa se adaptar como os outros alunos e se sentir confortável com o ambiente em que está sendo inserido sem medo de correr qualquer tipo de discriminação.

Mazzotta (1998 p.27) entende que a inclusão e integração são processos eficazes para a vida humana no convívio da sociedade e que a inclusão escolar tem sido mal compreendida como um procedimento novo, ou seja, uma novidade do momento. Acredita-se que a luta por uma educação de qualidade e direitos de todos independentemente de suas condições físicas, cor raça ou classe social, mas e preciso que todos estejam envolvidos nesse processo.

Para Sampaio (2009, p. 40) a inclusão vem do verbo incluir, que significa compreender fazer parte de, em participar de, e integração vem do verbo integrar, que significa formar, coordenar ou combinar num todo unificado. Toda essa discussão que a integração e inclusão geram entre vários autores, ajuda a despertar reflexões sobre a integração do aluno nos espaços inclusivos de modo acolher todos, indiscriminadamente, considerando que a diversidade e não a igualdade é a característica do ser humano com inserção legítima nos direitos humanos.

2.2 Caminhos Legais da Inclusão

A inclusão escolar no Brasil se deu a partir da constituição Federal de 1988², que garante a todos o direito a educação e a permanência na escola, pois toda instituição deve se encontrar regularizada no sistema de ensino deve atender diversidades culturais diferentes não tendo qualquer tipo de discriminação ou preconceito independentemente da cor, raça ou classe social.

Deste modo o artigo 208 é mais específico, para a educação especial, pois afirma que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede de regular de ensino (inciso III) e o inciso II estabelece que a progressiva universalização de ensino médio gratuito.

É importante salientar que não deve deixar de incluir o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA³ estabelecido pela Lei nº 8.069 de julho de 1990(...) que toda criança e o adolescente tem o direito a educação, visando o pleno desenvolvimento e o preparo para o trabalho, e no inciso I estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Neste estatuto prescreve também os princípios de que a criança e o adolescente têm direito à educação a partir de zero a 12 anos incompleto, adolescentes com 12 a 18 anos e excepcionalmente as pessoas entre 18 a 21 anos visando ao pleno desenvolvimento da pessoa preparando para o mercado de trabalho e reafirma no artigo 54 que é dever do Estado de assegurar a criança e ao adolescente (...) preferencialmente na rede de regular de ensino:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um; (grifo nosso)**

² Constituição Federal de 1988 – A Carta Magna que estabelece a estrutura, poderes e direito de um governo e traz como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos sem preconceito de origem ...”

³ ECA- conjunto de normas do jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente .

Em 1990 aconteceu em Jomtien, na Tailândia, a conferência Mundial⁴ sobre Educação para todos, na qual foi assinado pelo Brasil um documento assumindo o compromisso perante a sociedade internacional da Universalização do ensino da educação básica e da qualidade de ensino:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário **universalizá-la e melhorar sua qualidade**, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. **(grifo nosso)**

2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. A prioridade mais urgente é **melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação** para meninas e mulheres, e **superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo**. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação. **(grifo nosso)**

(JOMTIEN, 1990: 4)

A partir do ano de 1994, foi realizada na cidade de Salamanca, na Espanha no mês de junho, a conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que reuniram 92 países e 25 organizações internacionais, afirma Poker (2007, p. 141-142) que nesse documento (...) o Brasil se propôs, até 2015, a garantir o acesso de todas as crianças ao ensino fundamental em escola regular do ensino sendo este gratuito e obrigatório.

Baseado no princípio fundamental da inclusão e reconhecendo a necessidade e a urgência de prover uma educação com qualidade para alunos com necessidades educacionais a Declaração de Salamanca⁵ afirma que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos aos alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados,

⁴ Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Tailândia na cidade de Jomtien em 1990.

⁵ Declaração de Salamanca (1994) – Resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, políticas e prática em educação especial. Lei internacional que passa influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva no Brasil.

de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Declaração de Salamanca, 1994: 11-12)

Este documento traz consigo a reafirmação do compromisso para com a educação e que as escolas devem aceitar todos os alunos em instituição regular de ensino, e que passam a ter garantia de uma pedagogia diferenciada capaz de atender as necessidades de acordo com especificidade de cada um.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9.394/96, a educação é defendida como uma modalidade de educação escolar, oferecida a todos os níveis de ensino na rede regular de ensino (...) e que os municípios brasileiros devem assumir a responsabilidade da Universalização do ensino para os sujeitos de 0 a 14 anos de idade, de forma a programar na sua realidade, uma educação baseada na inclusão, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, Poker (2007 p 142).

A LDB tem a confirmação de que todas as pessoas com idade legalmente prevista na lei não pode deixar de frequentar o ensino fundamental regular e que no Artº 6º esclarece que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos filhos menores, a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental.

A Resolução CNE/EBN nº 2 de 11 de setembro de 2001 no Artº esclarece que não só a família tem o dever de matricular seus filhos menores, mas, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo à escola organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para atender a todos.

Segundo Lima (2011) quando o governo afirma que o principal avanço de uma escola da época seria a construção de uma escola inclusiva, que venha garantir o atendimento a diversidade, deixa bem claro que o objetivo e metas deverão assim possibilitando o ensino de qualidade aos alunos deficientes promovendo acessibilidade ao atendimento educacional especializado como complemento ao ensino.

Capítulo 3 FORMAÇÃO DO PROFESSOR

3.1 Processos de Formação

Para que o sistema educacional inclusivo seja para todos com melhor qualidade no ensino é necessário um conjunto de ações definidas que atravessa vários caminhos essenciais e um deles é a formação de profissionais da educação, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentam necessidades educacionais favorecendo um ensino com qualidade e equidade.

Mas, não há como ter uma escola eficaz com qualidade quanto ao desenvolvimento e aprendizagem do educandos sem que os profissionais da educação como os professores, técnicos, porteiros, serventes, secretários, auxiliares sejam preparados para atender adequadamente os alunos e principalmente os alunos com necessidades educacionais. Conforme diz Sousa (2012 p.53):

(...) Os educandos com necessidades especiais são amparados por lei, e devem ser inclusos no contexto escolar, mas de certa forma o sistema não tem a preocupação em dá preparação qualificada para o profissional que irá lidar com alunos com deficiência.

(...) o importante não é só capacitar o professor, mas também toda a equipe de funcionários desta escola, já que o individuo não estará apenas dentro de sala de aula.

Dessa forma é preciso que toda a equipe escolar tenha uma formação básica para o atendimento dos alunos com deficiência, pois se os mesmos estão inseridos no âmbito escolar e que todos estejam envolvidos no processo de aprendizagem desse alunado.

A partir do reconhecimento das dificuldades enfrentadas na educação inclusiva o Ministério da Educação cria práticas alternativas que favorece o ensino e aprendizagem nas escolas no atual sistema. Visando apoiar o sistema educacional inclusivo em 2003 cria o programa de Educação Inclusiva com o direito a diversidade promovendo a formação dos gestores e educadores dos municípios garantindo o acesso de todos à escolarização e o atendimento educacional especializado.

Vale ressaltar a atenção e dedicação para o preparo de formação de profissionais para atuarem na educação e, a importância que a formação ganhou no sistema inclusivo ao longo da década.

De acordo com a resolução CNE/CP nº 1/2001 do Art. 1º estabelece que As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

E importante que essa formação profissional deveria ocorrer principalmente quando estivessem cursando uma Universidade e o MEC deveria fornecer cursos específicos para os professores antes de se especializar em alguma área. Nesse sentido, ARANTES (2006, p.58) considera que:

(...) ainda há muitos dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto. Muitos deles, quando completaram seus estudos para o exercício do magistério, não tiveram acesso a esses conhecimentos, o que era tratado em estudos complementares realizados no geral em habitações do curso de pedagogia.

Verificamos que a partir da fala do autor as escolas apresentam dificuldades de trabalhar com alunos deficientes relacionando a teoria e a prática, pois os professores ao concluir seu curso teriam que participar de estudo que venham esclarecer esse assunto que não tiveram a acesso a esse conhecimento no curso de pedagogia. Nesse sentido o Plano Nacional de Educação (PNE) da LEI N°10.172/01 afirma que:

Os professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidos oportunidades de formação continuada, inclusive em nível médio de especialização, pelas instâncias da União, dos Estados, dos Distritos Federais e dos Municípios.

Segundo a Lei é direito dos professores em exercício receberem cursos de formação continuada no nível médio de especialização e que é dever dos Estados, União e dos municípios oferecerem cursos de qualidade e de aprimoramento para os professores da rede regular de ensino que trabalham com alunos deficientes. Sousa e Pietro (2002 apud ARANTES, 2006 p. 56-57) afirmam que:

“tal constatação causa estranheza quando se trata da formação de um profissional que, para além do domínio de habilidades exigidas para o exercício profissional no ensino comum, deverá ter qualificação para concretizar o especial da educação”.

Assim, apenas o professor que possui interesse pela educação especial busca uma formação específica, mas infelizmente os profissionais que chegam às

escolas não possuem especialização e /ou não tiveram a oportunidade de fazer uma formação específica para atender o aluno de acordo suas necessidades:

Se por um lado a educação inclusiva exige que o professor de ensino regular esteja qualificado, ou seja, tenha uma formação básica de qualidade que possa suprir com as necessidades dos educandos e por outro lado exige que o professor de educação especial amplie seus conhecimentos, suas perspectivas tradicionalmente centrada nessas características centradas frente a sociedade.(BUENO,1999 apud SERRA 2008,p34)

É importante que tanto o profissional da sala regular quanto da Educação Especial tenha uma formação de qualidade que possa atender as especificidades de cada aluno com ou sem deficiência, mas é preciso que o professor seja flexível, aberto a mudanças e tenha interesse em buscar novos conhecimentos que contribua para o ensino e aprendizagem com qualidade.

Os professores especialistas da educação especial, em função da realidade da educação inclusiva, visem uma atuação colaborativa com os professores da educação formal básica e que o apoio esteja centrado no ensino comum. Conforme o artigo 8º da resolução CNE 02/2001):

Professores das classes comuns e da Educação Especial capacitados e especializados respectivamente, para o atendimento as necessidades educacionais dos alunos (...)

Os serviços de apoio pedagógico especializado nas classes comuns, mediante: a) a atuação colaborativa de professor especializado em educação especial (...)

Essa capacitação é sugerida pelas diretrizes nacionais da educação Especial na educação básica. O artigo: 59 da LDB ressaltam que os professores devem ter especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comum.

No ano de 2007 foi publicado o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), que apontou a necessidades de qualificar profissionais para atender os educandos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

Segundo esse documento PNEE-EI o professor da rede regular de ensino deve ter no mínimo a formação inicial continuada, ou seja, ter conhecimento, mais específico na área da inclusão para o exercício da docência.

Por outro lado a formação de professores precisa ser reconsiderada, ou seja, pensar em volta de um enfoque generalista ou especialista. Não basta preparar só os profissionais para trabalhar com a diversidade e sim despertar um olhar do educador para o ensino diferenciado e contemporâneo.

Necessário que os cursos ou projetos de formação inicial e continuada (...) desenvolvam um olhar mais atento que supere a (...) inclusão, numa lógica de valorização das diferenças e do questionamento da globalização hegemônica, visando à construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo. (DOZIAT 2011, p155).

Concordo com o autor quando ele ressalta que os cursos de formação inicial e continuada devem ser repensados, pois os mesmos devem possibilitar que o professor tenha uma visão mais ampla com relação à valorização da diversidade para que possam construir novas estratégias de ensino baseada na perspectiva da inclusão contribuindo assim na escolarização dos alunos com deficiência. Fonseca (1995) apud Glat e Nogueira (2003, p. 138) ressalta que:

(...) é preciso habilitar todos os profissionais da área da educação urgentemente, pois a inclusão só terá sucesso se esses professores estiverem preparados, assim poderá aceita e se relacionar com diferentes alunos independentemente de suas necessidades individuais.

Se os profissionais estiverem qualificação na área da educação inclusiva terá um bom aproveitamento de seu trabalho e condições necessárias para atender essa diversidade que estão na sociedade e no âmbito escolar.

De acordo com Glat e Nogueira (2003) os professores só terão êxito se tiverem recursos pedagógicos adequados para atender alunos com deficiência daí sua formação terá meios para avaliar seus educandos da maneira possível e contar com uma mudança e postura para ir à busca de novos conhecimentos para sua formação.

Conforme a Lei nº 10.172/01 os professores que já exerce o magistério devem ter os mesmos direitos assegurados, oferecendo oportunidades para uma formação continuada inclusive de nível especializado.

Apesar de que têm muitos professores nos cursos de pedagogia, mas não há uma equipe pedagógica qualificada por profissional especializado na área da educação especial na qual, deveria haver um processo de acompanhamento avaliativo da inclusão desses educando no âmbito escola e no contexto social. É

relevante considerar que: a formação profissional da educação oferecida nos cursos de pedagogia precisa tratar a identidade e as diferenças dos alunos como questões políticas, como construções históricas e sociais. (JESUS e ALVES, 2011, p.25).

As Universidades precisam assumir o seu papel de formadoras de profissionais de ensino para receberem heterogeneidade, nos variados níveis de ensino. É importante que o professor não se prenda só em uma graduação deve ir além de seus conhecimentos como afirma Miranda (2011) o currículo dos cursos de formação não oferece disciplinas voltadas para capacitar professores para atender essa diversidade.

Parafraseando Campelo (2012) pensar em inclusão no sentido de formação de professor é pensar que o ser humano mesmo que tenha deficiência ele é capaz de eliminar qualquer barreira, ou seja, pensar nas suas possibilidades e nos seus desejos e desafios.

A formação continuada assume grande importância em decorrência dos avanços tecnológicos, da exigência de um nível de conhecimento mais amplo e profundo na sociedade atual.

3.2 O Papel da Escola na Inclusão

A escola tem importante papel para aprendizagem no sistema inclusivo, como oferecer espaço físico adequado às necessidades dos alunos, materiais didáticos adaptados, cursos de formação, hora pedagógica com os professores, planejamento de ensino incluindo o novo alunado, priorizar a inclusão dos alunos no sistema.

A participação do gestor e diretor no planejamento educacional é essencial para o desenvolvimento e formação do educando com necessidades especiais no âmbito escolar.

A escola é o local privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, e que deverá acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais e culturais, deve ser um lugar onde as ideias devem ser defrontadas com a realidade de cada um. Sampaio e Sampaio (2009, p.31) consideram que a:

A escola tem um papel significativo, não só para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, mas também para sua saúde psíquica, pois ela é o primeiro espaço social promotor de separação entre a criança e a família, estabelecendo um importante elo com a cultura.

Mas para que isso aconteça é preciso que haja uma parceria com toda a parte democrática da instituição priorizando assim, um ensino de qualidade e que a criança possa dialogar o seu aprendizado com a sociedade. Dessa forma a escola deve satisfazer as necessidades dos alunos adaptando-os a vários estilos e ritmos de aprendizagem.

O papel da escola não é somente ensinar ler e escrever vai além da educação básica, ou seja, a de formar cidadãos críticos, participativos na sociedade, que se apropriem do saber e tenham a capacidade de construir e reconstruir o conhecimento, de respeitar e tolerar o outro minimizando o preconceito e a violência.

3.3 Práticas Pedagógicas

O fortalecimento do ensino se dá através de novas formas e possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos curriculares por meio da diversificação de situação de ensino e aprendizagem com interações significativas com o objeto de estudo.

A prática pedagógica é um dos elementos principais para que o professor possa desenvolver um bom trabalho com seu alunado mesmo que não tenha uma formação de qualidade tem que ser apto para elaborar novas metodologias para que seu ensino possa suprir com as necessidades dos alunos Pietro (2006, p.57) afirma que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e praticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades especiais.

Assim, os professores devem ser capazes de analisar sua prática, revendo seu planejamento ou criar novas estratégias de ensino como elaborar atividades ou adaptando materiais para aprimorar o atendimento aos educandos. Afirma Serra (2008, p.35) que a prática pedagógica é um elemento-chave na transformação da escola, estendendo essa possibilidade de transformação à sociedade.

Segundo Salgado (2008, p. 61) a ação pedagógica se configura historicamente ao longo das experiências obtidas em diferentes contextos. Contextos estes que o professor procura vivenciar diferentes sentimentos, para

poder resolver conflitos e tomar suas próprias decisões em relação a sua prática pedagógica, ou seja, ter um olhar como forma de ver os desafios e as diversidades.

Para Arantes (2006) os professores devem considerar as diferenças individuais dos alunos e não se pode deixar de lado a elaboração do planejamento para que de fato essa implantação de proposta pedagógica de ensino aprendizagem aconteça.

É relevante que os professores ao planejar suas atividades pedagógicas pensem nos alunos que precisam de: sistemas alternativos para a escrita, seleção de vocabulário, adequação de material escolar, aulas expositiva acompanhadas de material audiovisual e atividades práticas que envolvam todos os alunos.

Para que isso aconteça é, preciso conhecer suas limitações e potencialidades e perceber como ele aprende e qual o estilo de aprendizagem e depois realizar as possíveis intervenções pedagógicas necessárias para a promoção de um ensino que atenda às suas necessidades educacionais, não reduzir sua atenção às condições físicas ou psicológicas apresentadas, muitas vezes, pelos alunos da educação especial.

Quando se fala em ensinar alunos com deficiência não é uma tarefa fácil, o professor tem que pensar em estratégias e recursos didáticos pedagógicos para o ensino e aprendizagem, mas respeitando o ritmo de cada um:

A escola se torna inclusiva à medida que reconhece a diversidade que constitui seu alunado e a ela responde com eficiência pedagógica. Para responder às necessidades educacionais de cada aluno, condição essencial na prática educacional inclusiva, há que se adequar os diferentes elementos curriculares, de forma a atender as peculiaridades de cada um e de todos os alunos. Há que se flexibilizar o ensino, adotando-se estratégias diferenciadas e adequando a ação educativa às maneiras peculiares dos alunos aprenderem, sempre considerando que o processo de ensino e de aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (BRASIL, 1999).

Pensar na Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor, na qual alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação brasileira. A educação para todos implica, portanto, um sistema educacional que reconhece, respeita e responde, com eficiência pedagógica, a cada aluno que está no ambiente escolar.

Capítulo 4 MARCO METODOLÓGICO

4.1 Local da Pesquisa

O presente estudo foi realizado na rede de ensino do Município de Itupiranga no estado do Pará “Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Rachel de Queiroz.” A referida Instituição de pequeno porte está localizada em uma área periférica e funciona de manhã, intermediário e tarde.

A estrutura física da escola está distribuída em cinco salas de aula, coordenação, direção, dois banheiros (masculino e feminino), secretaria, cozinha, almoxarifado, as salas não possui circulação de ar e nem luminosidade adequadas para atender às necessidades educacionais dos alunos.

4.2 Tipo de Estudo

A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa com aplicação de questionário e observações em sala de aula. E conforme Ludke; André (1986) a pesquisa qualitativa requer um contato, mas direto do pesquisador com o ambiente e o objeto a ser pesquisado.

As questões evidenciaram: O conceito de inclusão, a visão dos professores a respeito de como se sentem ao ter alunos com deficiência em sua sala de aula e sobre seu conhecimento pedagógico para trabalhar com a diversidade.

As entrevistas foram realizadas no período outubro a dezembro de 2013 em uma instituição de ensino público. Foi apresentado o objetivo da pesquisa e a copia do ofício, solicitando a permissão da gestão escolar para que o estudo fosse desenvolvido e divulgado como trabalho acadêmico.

4.3 Instrumento Metodológico

Foi utilizado o uso de questionários para coleta de dados com perguntas abertas e fechadas seguidas de observações em sala de aula. Com objetivo duplo: levantar informações sobre a formação continuada no âmbito escolar e as dificuldades encontradas pelos professores de disciplinas no processo de inclusão escolar.

4.4 Descrições dos Participantes

Participaram dessa pesquisa cinco professores da rede regular de ensino e para identificá-los foi usado alfabeto e números conforme gráfico 1:

GRÁFICO 1- Identificação dos Professores

Entrevistados	Identificação
Professora do ensino comum A	EA1
Professora do ensino comum B	EB2
Professora do ensino comum C	EC3
Professor do ensino comum D	ED4
Professor do ensino comum E	EE5

GRÁFICO 2- Caracterização dos Professores

	FAIXA ETÁRIA	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	TURMA DE ENSINO	FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EA1	31 a 40 anos	Magistério e está cursando História	Acima de 15 anos	Turma do 1º ano do Fundamental	Não possui cursos específicos na área
EB2	31 a 40 anos	Pedagogia	Acima 10 anos	Uma turma do 2º ano e a outra da educação infantil Pré-II	Não possui cursos específicos na área
EC3	31 a 40 anos	Magistério e está cursando pedagogia	Acima de 5 anos	Turma do 3º do ensino fundamental	Não possui cursos específicos na área
ED4	31 a 40 anos	Magistério	Acima de 5 anos	Turma de educação infantil Pré-III	Não possui cursos específicos na área
EE5	31 a 40 anos	Magistério e está cursando Historia	Há 10 anos	Turma 3º ano do ensino fundamental	Não possui cursos específicos na área

Os educadores entrevistados conforme o gráfico 2 estão na faixa etária de 30 a 50 anos e estão atuando há mais de cinco anos com turmas desde a educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental e, eles afirmam que não tem uma formação

qualificada na área da educação especial, mas atendem alunos com deficiências em turmas regulares comum.

4.4 Resultados e Discussões

EA1- Está na educação há 18 anos e afirma não tem formação qualificada na área da educação especial. Ao se deparar com aluno com deficiência física em sua turma ficou assustada como reproduz em sua fala “fiquei apavorada, não tinha experiência para trabalhar com esses alunos, não estou preparada para ensiná-los.” A professora trabalha com uma turma de 35 alunos do 1ºano e atualmente está cursando historia.

EB2- Pedagoga possui 14 anos de experiência na docência. Havia participado de formações continuada no município. Afirma: “sou apaixonada pela educação, mas infelizmente não tenho formação na área de educação especial e quando recebi alunos com deficiência física e intelectual me senti constrangida, por não ter conhecimento sobre sua deficiência”. A professora trabalha com uma turma de 25 alunos do 2º ano.

EC3- Está na educação há pouco tempo, só tem um ano e meio de experiência na docência e demonstra ser compromissada e atenciosa com seus alunos. Atualmente está cursando sua graduação em pedagogia e demonstra grande interesse pela pesquisa, pois em sua turma há um aluno com Síndrome de Down e fala que: “Não tenho experiência e nem preparação para ensinar alunos com deficiência e confesso que tenho dificuldade em trabalhar com eles”.

ED4- Esta na educação há oito anos e só tinha o magistério e fazia o curso de história. Revelou-se ser uma professora dedicada com seu trabalho e disposta a participar da pesquisa, pois em sua turma havia uma aluna com deficiência e afirma: “Foi a primeira experiência com alunos deficientes e fiquei desesperada por não saber como ensinar esta criança, e um receio de me aproximar” A professora tem uma turma com 27 alunos e não se sente preparada para atender o aluno com necessidades educacionais.

EE5- Possui o magistério tem 10 anos de experiência na docência. Trabalha com uma turma com 36 alunos do 3ºano, em sua fala percebe-se que tem

dificuldades: “É difícil e fica muito sobrecarregado trabalhar com alunos deficientes além de não ter uma formação adequada”.

A inclusão escolar de alunos com necessidade educacionais especiais traz muito desafios que requer profissionais habilitados, embora tenham prazer de ensinar, mas se sentem impotentes por não ter uma formação que possibilite acompanhar e atender às necessidades dos alunos. E isto se confirma nas falas dos professores entrevistados que não tem formação na área e não estão preparados para atender além de apresentarem dificuldades em incluir estes alunos no planejamento de aula. Embora as participantes tenham dificuldade de incluir os alunos em suas aulas, mas mostraram-se abertas a mudanças e em adquirir novos conhecimentos.

As propostas políticas têm incluído como uma de suas prioridades na inclusão escolar a formação de professores conforme a Resolução nº 2 /2001:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Essa Lei prioriza que o professor tenha uma formação de qualidade na área da Educação Especial, mas tem todo mundo tem essa oportunidade, e às vezes as universidades oferecem uma formação inicial, mas não se tem verificado um rigor na preparação dos discentes e sua grade curricular não têm formação específica para atender a demanda do alunado da educação especial no sistema inclusivo.

Os educadores ao serem questionado sobre a inclusão responderam:

“Um processo de reforma e restauração das escolas como um todo”. (EA1)

“É adaptar esses alunos a sua turma e fazê-los desenvolver em todos os campos”. (EB2)

“É uma ação que prevê o direito de todos independentemente de sua diferença”. (EC3)

“Somos todos iguais, mais cada um com suas particularidades diferentes” (ED4)

“É criar possibilidade e a permanência da criança no meio escolar, incluir e criar novos métodos para adequação para pessoa com deficiência ou ditos especiais”. (EE5)

Diante das falas dos docentes podemos perceber que os educadores entendem que a inclusão não basta inserir o aluno em sala de aula é preciso criar condições para mantê-los em sala:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns (...) sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente (...) os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir com seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN 2006, p.23)

A inclusão é um direito de todos independentemente de cor, raça ou classe social, somos todos iguais, mas cada um com sua diferença. Sabemos que todas as escolas precisam se organizar para que haja acessibilidade e permanência do aluno com deficiência nos ambientes escolares adequando-se as inovações.

Os docentes o serem questionados sobre seu conhecimento pedagógico para trabalhar com o aluno deficiente responderam que:

“Sem nenhuma qualificação”. (EA1)

“Pouco, pois não tenho nenhuma formação especializada para trabalhar com essas crianças portadoras de necessidades especiais”. (EB2)

“Tenho o mínimo de conhecimentos, pois agora que estou cursando pedagogia e adquirindo novos conhecimentos”. (EC3)

“No planejamento é preciso levar em conta a deficiência do aluno” (ED4)

“Não basta ter noção. Mais sim um processo pedagógico adequado e qualificado para se trabalhar com alunos portadores de deficiência” (EE5)

Nas falas acima deixam bem claras que os docentes não têm conhecimento pedagógico adequado para trabalhar com alunos com deficiência, pois não basta ter noção e sim uma formação de qualidade para poder desenvolvem um bom trabalho e que são inúmeras as dificuldades que o professor encontra para trabalhar com

alunos com deficiência. Os educadores ao serem questionados sobre as dificuldades que ele encontra em ensinar alunos com deficiência responderam que:

“A falta de recursos adequados e a superlotação na sala para atender essas crianças com deficiência”. (EA1)

“A carência de formação qualificada e um ambiente adequado e materiais didáticos necessários para trabalhar com esses alunos”. (EB2)

“A falta de acompanhamento dos pais, a superlotação nas salas e recursos adequados para receber alunos deficiência e, às vezes tem material didático que é difícil de usar ”. (EC3)

“A falta de apoio da coordenação pedagógica da escola e suporte especializado pra nos orientar”. (ED4)

“A falta de estrutura física adequada e monitor para assessorar o aluno com deficiência e muitas deficiências desconheço”. (EE5)

Há uniformidade nas falas dos entrevistados quando se refere às dificuldades encontradas para trabalhar com alunos deficientes, pois os mesmos relatam que não tem uma formação na área da educação especial e que a instituição onde trabalham não oferece serviços educacionais especializados, não tem estrutura física e materiais didáticos pedagógicos adequados para atender às necessidades dos alunos com deficiências e reclamam a falta de apoio tanto da família quanto da coordenação escolar.

Segundo Serra (2008) dificuldade estas que o professor encontra não só pela falta de formação na área da Educação Especial, mas sim pela necessidade de ter uma infraestrutura e material didático adequado e profissional qualificado para a orientação do professor no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política educacional no Brasil nas últimas décadas passou por grandes transformações decorrentes da necessidade da educação inclusiva que requer um profissional habilitado com amplos e profundos conhecimentos para atender a demanda da educação especial.

Diante desse quadro, percebemos que é preciso que o Ministério da Educação em parceria com os estados e municípios forneça programas de formação permanente que envolva todos os profissionais da educação possibilitando uma formação adequada às exigências do paradigma educacional inclusivo. De modo que o sistema inclusivo se efetive e conquiste qualidade no ensino.

Para atuar na educação inclusiva o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada conhecimentos gerais para o exercício da docência e os conhecimentos específicos da área. Mas os dados do estudo realizado alertam que, infelizmente os professores em sua maioria, tem carência específicas ,falta de informações sobre recursos acessibilidade, e precisam incorporar informações primordiais que poderão contribuir para o ensino de acordo com as peculiaridades dos alunos para que os alunos sintam-se como parte integrante da escola e o professor é o principal articulador da interação e participação do aluno no ambiente escolar.

Os estudos mostraram um agravante, a escola lócus da pesquisa, tem alunos com deficiências em sala de aula, mas não oferece atendimento educacional especializado, apoio necessário aos alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos.

O apoio especializado é relevante para os professores de disciplinas da educação formal na orientação para flexibilização e adaptações dos conteúdos, instruções de recursos didáticos diferenciados e dos processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades

educacionais, minimizando as dificuldades encontradas pelos professores em sala de aula. Conforme CNE/CEB nº 2/2001 art 8º:

IV – serviços de apoio pedagógico especializado realizado nas classes comuns, mediante a) atuação colaborativa de professor especializado em educação Especial(...)

V- Serviços de apoio pedagógico especializado em sala de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.

É importante informar que é necessário que as instituições de ensino, insiram no censo escolar os alunos com deficiência, para que possam ser contempladas pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis a adequação arquitetônica e recursos tecnológicos, mobiliários acessíveis. O programa está associado ao Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE e constitui o esteio da atual política na educação especial.

Parafraseando Martins (2010) reconhece-se que o processo de ensino e aprendizagem, aprendizagem e ensino são intermináveis. Diante disso a formação do professor é contínua, sem final.

REFERÊNCIAS

ARANTES, V.A.: **Formação de professores da educação para trabalhar com o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino**. IN: MANTOAN, M.T.E.; PIETRO, R.G. e ARANTES, V.A.: (orgs.): **Inclusão escolar: Pontos e contra pontos**. - São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL, **Constituição Federal**. República Federativa do Brasil: Senado Federal. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 02 de novembro de 2013.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 23 janeiro de 2014.

_____. Decreto n. 3298 de 20 de dezembro de 1999. **Dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência**. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 14 de dezembro, 2013.

_____. Lei n.7.853, de 24 de outubro de 1989. **Integração de pessoas portadora de deficiência**. Disponível em:<[https:// www.Previdencia da Republica.gov.br](https://www.Previdencia da Republica.gov.br) >Acesso em 02 de novembro,2013.

_____. Lei n.8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 14 de novembro de 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 14 de novembro, 2013.

_____. Ministério da educação. **Conselho nacional de educação. Resolução CNE/CEB n.2, de 11 de setembro de 2001**. Estabelece as diretrizes nacionais de educação especial na educação básica. 2001b. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 14 de dezembro, 2013.

_____. Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf> Acesso em 22 de outubro, 2013.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1999.

GLAT, Rosana e NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima: **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacao/article/view/1647/1055>. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

JESUS, Denise Meyrelles e Edson, Pantalão. Serviços educacionais especializado: desafios á formação inicial e continuada. In: KATIA, R. M.C, DENISE, M. J e CLAUDIO, R. B. (org). **Professores e Educação Especial em foco**. -2 v.- Porto Alegre: Mediação/ CDV/FACITEC, 2011.

KURY, A. G.: **Minidicionário da língua portuguesa**. Org. Ubiratan Rosa. 1ª ed. São Paulo FTD, 2001.

LIMA, Iara Maria Campelo. **Tecendo saberes,dizeres, fazeres em formação Inclusiva**. - São Cristovão: Editora UFS, 2012.

LIMA, E.T. **O processo de Inclusão vivenciado na escola Odílio da Rocha Maia/Marabá-Pa**. Trabalho de Conclusão de Curso-TCC. Marabá – Pará / UFPA, 2011.

MARTINS, L.A.R.[et al.]. orgs. **Inclusão: Compartilhando saberes**. 4. ed.Petropolis,RJ:Vozes,2010.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez,2011.

MANTOAN, M.T.E., PIETRO: **Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha**. IN: MANTOAN, M.T.E.; PIETRO, R.G.; ARANTES, V.A. (orgs.): **Inclusão escolar:Pontos e contra pontos**. - São Paulo: Summus, 2006.

MIRANDA, T. G.: **Gestão da educação em atenção às necessidades especiais: entre o discurso oficial e o discurso do professor.** IN: BAPTISTA, C. R. e JESUS, D. M. (org). **Avanços em políticas de inclusão: O contexto da educação especial no Brasil e em outros países...** et al.- Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2009.

POKER, Rosimar Bortolini (FFC/UNESP): **Pedagogia inclusiva: O currículo, o ensino e a aprendizagem** Disponível <<http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivo2007/5eixo.pdf>>.acesso em 27 de fevereiro de 2014.

SALGADO, Simone da Silva. **Inclusão de processos de formação.** IN: SANTOS, Mônica Moreira dos; PAULINO, Marcos Moreira (org). **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas.** -2. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

SAMPAIO. C. T. e S. M. S. **Educação Inclusiva: o professor mediador para a vida. – Salvador:** EDUFBA, 2007.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 8, jul. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo> > acesso em 09 dez. 2013.

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar.** In: SANTOS, Mônica Moreira dos; PAULINO, Marcos Moreira (org). **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas.** -2. ed.- São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Ana Leite de. **Capacitação do professor.** In: ALVES F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** -5.ed.- Rio de Janeiro: wak, 2012.

VOIVODIC, M. A. M.A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down.** 6. ed. Petrópolis, RJ:vozes,2011

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Diante do paradigma educacional inclusivo gostaríamos de saber como os professores têm vivido a inclusão em sala de aula e qual sua formação. Sua contribuição é importante para esta pesquisa.

1 - Qual a sua idade.

() 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos

2 – Sexo

() Feminino () Masculino

3- Qual sua formação acadêmica.

() Magistério () superior Completo () Superior incompleto

() Especialização () Mestrado

4- você tem alguma formação na educação especial.

() Não () Sim Qual _____

5- Em sua escola tem algum aluno com deficiência.

() Não () Sim

6- Há quanto tempo trabalha como professor.

() 01 a 05 anos () 05 a 10 anos () 10 a 15 anos () acima de 15 anos

7- Qual sua carga horária semanal.

() 20 h/s () 30 h/s () 40 h/S

8- Quantos alunos da educação especial você tem por turma.

() 1 a 2 () 2 a 3 () 3 a 4

9- Qual número total de alunos por turma incluindo os da educação especial.

12 a 25 25 a 30 30 a 40 40 a 50 50 a 60

10- O que é a inclusão para você?

R: _____

11 – Como você ver a inclusão de alunos especiais

R: _____

12- A Instituição que você trabalha promove cursos ou palestras com temas sobre a inclusão.

Sim Não

13 –Você considera a Instituição que você trabalha como inclusiva.

Sim Não

14 – Como você se sente ao ter alunos com deficiência em sua turma?

R: _____

15- A instituição que você trabalha oferece serviço educacional especializado.

Sim Não Desconheço

16- Você sente alguma dificuldade para incluir alunos com deficiência no plano de aula.

Sim Não

17- A instituição que você trabalha inclui no planejamento educacional os alunos da educação especial.

Sim Não

18-. Como você avalia o seu conhecimento pedagógico para trabalhar com o aluno que apresenta alguma deficiência?

R: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR



Ofício Circular nº. 78

Marabá, 04 de novembro de 2013.

A(o): Digníssimo (a) Sr(a).

Adaumary Soares Silva

Diretor (a) da escola:

Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Rachel de Queiroz

Da: Profª. Rutilene Moraes Borges

Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Sr (a) Diretor (a),

Ao cumprimentar vossa Senhoria informamos que Ana Cláudia Carvalho Santos, aluno (a) do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Marabá/ PARFOR – solicita permissão para realizar pesquisa na referida escola/Órgão municipal para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.


Tal solicitação se faz necessária para que possamos completar o processo avaliativo dos alunos, considerando a relevância dessa atividade tão necessária como experiência acadêmica e integralização curricular.

Certa de vosso apreço, agradecemos nos colocando à disposição.

Atenciosamente,


Rutilene Moraes Borges
Profª Especializada/PEF
CDD. TCC

Profª. Rutilene Moraes Borges
Campus Universitário de Marabá/UFPA

Recebi
em 21/11/13




PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
RACHEL DE QUEIROZ.

DECLARAÇÃO



Eu Adaumary Soares Silva, brasileira, solteira residente e domiciliada na trav. 7 de setembro n° 24 A na cidade de Itupiranga-pá, atualmente como gestora escolar com a portaria: n° 46/2013 sendo responsável pela Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Rachel de Queiroz sediada no município de Itupiranga, situada à Rua José Marinho, s/n, bairro novo, declara para os devidos fins a quem possa interessa que autoriza a graduada em pedagogia Ana Cleide Carvalho Santos, brasileira casada, portadora do RG: 6352903 CPF: 747.705.862-72 residente e domiciliada na rua Paulo Fonteles N° 286 bairro novo Itupiranga-pá, o devido uso do nome e imagem da escola em seu trabalho de conclusão de curso.

Itupiranga (PA), 28 de fevereiro de 2014.


Adaumary Soares Silva
Gestora Escolar
Portaria: n° 046 / 2013
Gestora escolar